

## **ESPLENDORES E MISERIAS DE UMA METAFORA: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE<sup>1</sup>**

Bernard Lahire

*Somente há o eternamente novo no eternamente velho.  
Somente há o inesgotável nos lugares comuns.*

(Ci-F, Ramuz, Journal, 11 de abril de 1904.)<sup>2</sup>

### **Resumo**

Desde os anos 1960, numerosos trabalhos sociológicos francófonos e anglo-ssões usam a metáfora da «construção social da realidade» para enriquecer o estudo do mundo social. Útil no que ela participa da desnaturalização e da deseternização de certos fatos sociais, lembrando sua gênese e suas possíveis transformações históricas, esta começa, no entanto, a incomodar a partir do momento em que se converte em uma expressão que se usa de forma mecânica, não questionada, e que toma-se por vezes o refúgio de todos os lugares comuns hiper-relativistas, antirrealistas, antiobjetivistas e acríticos. Quando a metáfora sugestiva toma-se metástase incômoda, é a um trabalho crítico que o sociólogo deve se ater se não quiser se deixar guiar pelos maus hábitos de linguagem e pelas associações automáticas de idéias frequentemente muito contestáveis. Destacarei neste artigo cinco lugares comuns que me parecem os mais frequentemente ligados hoje a uma deriva do «construtivismo sociológico».

### **Palavras-chave**

Construção social da realidade. Senso comum sociológico. Construtivismo sociológico

### **SPLEDOURS AND MISERIES OF A METAPHOR : « THE SOCIAL MAKING OF REALITY**

---

<sup>1</sup> Tradução de Lília Junqueira

<sup>2</sup> Il ny a déternellement neuf que l'éternellement vieux. Il ny a din épuisable que les lieux communs.

### **Abstract**

Since the 1960s, many francophone and anglo-saxon sociological studies use «the social making of reality» metaphor in order to address the study of the social world. This approach is useful in that it participates in denaturalizing and deperpetuating some social facts, reminding both their source and their possible historical changes. However, it begins disturbing from the moment that it becomes an expression used in a mechanical and unquestioned way, often making itself the refuge of every uncritical, antiobjectivist, anti-realistic and hyper-relativist commonplaces. When the suggestive metaphor becomes an uncomfortable metastasis, the sociologist is obliged to stick to a critical work whether he does not want to be guided both by the bad habits of speech and automatic associations of ideas that are often very questionable. In this paper, I will stress five commonplaces that are, in my opinion, more often connected in nowadays to a drift of the «sociological constructivism».

### **Keywords**

Social making of reality. Sociological common sense. Sociological constructivism.

Desde os anos 1960, numerosos trabalhos sociológicos francófonos e anglo-saxões usam a metáfora da «construção social da realidade» para abordar o estudo do mundo social. Útil no que ela participa da desnaturalização e da deseternização de certos fatos sociais (o mercado econômico, as diferenças homem/mulher, as relações de dominação, a família, os diversos «problemas sociais»), lembrando sua gênese e suas possíveis transformações históricas, esta começa, no entanto, a incomodar a partir do momento em que se converte em uma expressão que se usa de forma mecânica, não questionada, e que toma-se por vezes o refúgio de todos os lugares comuns hiper-relativistas, antirrealistas, antiobjetivistas e acríticos. Como escreveu Ian Hacking em *The Social construction of what?'*: «A idéia de construção social foi em muitos contextos uma idéia verdadeiramente libertadora, mas o que, à primeira vista foi libertador para alguns permitiu a muitos outros de

---

) A obra de Ian Hacking publicada em 1999 pela Harvard University Press foi traduzida para o francês com o título *Entre science et réalité. La construction sociale de quoi ?* La Découverte, Paris, 2001.

encher-se de auto-suficiência, ou de sentir-se em segurança e «atualizados» de uma maneira simplesmente conformista.»

Quando a metáfora sugestiva toma-se metástase incômoda, é a um trabalho crítico que o sociólogo deve se ater se não quiser se deixar guiar pelos maus hábitos de linguagem e pelas associações automáticas de idéias frequentemente muito contestáveis. Destacarei neste artigo cinco lugares comuns que me parecem os mais frequentemente ligados hoje a uma deriva do «construtivismo sociológico».

#### Lugar comum nº 1: A construção social é somente uma construção simbólica e subjetiva

Dizer que a realidade social é uma «construção social e histórica» não deveria conduzir a esvaziá-la de um grão sequer de «realidade» ou de «materialidade». Ora, a passagem é por vezes rápida da «construção» para a «fabricação» (no sentido em que se fala de uma história «fabricada em todas as suas peças») e da «fabricação» (*a priori* tanto material quanto simbólica) à «fabricação simbólica» ou «subjetiva». Tudo se reduziria, de uma vez só, em matéria de realidade social, a puras crenças ou a puras representações<sup>5</sup>: é um mundo social sem edifícios, sem móveis, sem máquinas, sem instrumentos, sem textos, sem dispositivos, sem instituições nem estatutos duráveis, do qual nos desenham o retrato e cuja existência é bem improvável.

Tomemos o exemplo do estudo da construção pública dos problemas sociais, que é um grande clássico das ciências sociais e políticas nos Estados Unidos. Dois tipos de abordagem sociológica dos problemas sociais se opõem geralmente neste campo, que não tratam, portanto, das

<sup>4</sup> "branchés": na fala coloquial da juventude tem o sentido de "ligados", "anteados",

<sup>5</sup> Marcel Mauss lembrou, contra certa psicologia coletiva, que tudo, no mundo social, não se reduz a representações e que operar uma tal redução «procede de uma abstração abusiva»: «na sociedade, existe mais do que representações coletivas, por mais importantes e por mais dominantes que elas sejam: assim como na França, há outra coisa além da idéia da pátria: há seu solo, seu capital, sua adaptação: há sobretudo os franceses, sua repartição e sua história. Atrás do espírito do grupo, em uma palavra, está o grupo que merece estudo (...).» M. MAUSS. «Rapports réels et pratiques de la psychologie et de la sociologie», *Sociologie et anthropologie*, PUF, Quadrige, Paris, 1991, p. 287. Os vibrantes promotores atuais desta velha idéia estão portanto convencidos do alto grau de novidade e de originalidade de sua proposição.

mesmas realidades sociais: um tipo dito «objetivista» (e «realista») e outro qualificado de «subjetivista» (e «construcionista» ou «construtivista»)<sup>6</sup>. A primeira forma de considerar a questão consiste em descrever e analisar as condições objetivas de existência de um problema social (uso da droga, alcoolismo, analfabetismo, fracasso escolar, delinquência, maus tratos na infância, etc.) Os pesquisadores trabalham então para entender as condições económicas, sociais, políticas, culturais de produção, de agravamento ou de diminuição do problema social, seus contornos e consequências, sem interrogar radicalmente a definição social do dito «problema social». Fazer a sociologia de um problema social consistiria essencialmente em descrever e analisar o mais sistematicamente e o mais precisamente possível os contornos, as causas e os efeitos.

A crítica qualificada em geral de «subjetivista» (mas que não tem definitivamente nada de especificamente subjetivista) desta forma de construir o objeto consiste em lembrar o papel das categorias sociais de percepção do mundo dos atores sociais. Os problemas sociais são definidos como sendo os produtos de reivindicações e de queixas da parte de organizações, instituições e de agentes sociais a propósito de condições julgadas, e apresentadas publicamente, como colocando problema. É portanto «problema social» o resultado positivo de um processo de reivindicação pública, por certos grupos, (associações, movimentos, grupos de pressão, sindicatos, corporações, partidos políticos ou fundações) da existência de uma situação definida como colocando problema no interior da sociedade. Esta segunda via de análise permite mostrar que todas as situações vividas como dolorosas, penosas, problemáticas ou tendo efeitos coletivos vividos por alguns como nefastos, não se tomam «problemas sociais» (no sentido de «problemas sociais publicamente, oficialmente reconhecidos como tais»), ou ainda são considerados como tais em uma determinada época e nunca

---

<sup>6</sup> Para uma apresentação dos interesses em tomo destas questões vale a pena ler M. SPECTOR et J. I. KITSUSE, «Social Problems: A Re-Formulation», *Social Problems*, 1973, volume 21, n° 2, p. 145-159; I. GUSFIELD, *The Culture Of Public Problems: Drinking-Driving and the Symbolic Order*. The University of Chicago Press, Chicago and London, 1981; S. HILGARTNER et C. S. BOSK, «The Rise and Fali of Social Problems: A Public Arena Model», *American Journal Of Sociology*, 94, juillet 1988, p. 53-78 et I. BEST (ed.), *Images of Issues: Typifying Contemporary Social Problems*, Aldine de Gruyter, New York, 1995.

em outras épocas, isto, sem que as situações problemáticas objetivamente mensuráveis tenham mudado radicalmente.

Em todo caso, contrariamente ao que pensam os partidários de uma abordagem subjetivista-construcionista, sua abordagem não a desqualifica já que não trata absolutamente do mesmo objeto: os primeiros estudam as situações e indivíduos classificados e as segundas tomam essencialmente por objeto as condições sociais de formatação e reconhecimento público destes tipos de classificação. Aliás, olhando de perto, o termo «subjetivista» é, com toda evidência, mal escolhido. Ele valida explicitamente o corte entre a «realidade» e os «discursos», entre o «real» e as «representações», enquanto temos que lidar com uma realidade social, material e simbólica, a classificações (de instituições e de agentes classificadores) perfeitamente objetivável. Esta realidade é a da construção social do problema, que não se confunde com a realidade do problema social evocado pelos discursos classificadores. Trata-se portanto, de estudar as formas públicas de pressão e de expressão, o funcionamento de associações, de grupos de pressão e de outras organizações ou fundações, o funcionamento do Estado e da mídia, etc. Escrever livros ou artigos, fazer conferências, manifestar, fazer pressão junto a autoridades legítimas, votar um texto de lei, criar uma associação ou um movimento, e tantas outras práticas perfeitamente materiais de construção pública de um problema social.

#### Lugar comum nº 2: A sociologia somente deve estudar as construções do senso comum

A redução do mundo social a sua dimensão simbólica pode levar uma parte dos sociólogos a decidir consciente e voluntariamente quanto a reduzir o programa científico da sociologia ao estudo das concepções (métodos etnográficos, construções simbólicas, representações) que os atores fazem do mundo social. Falando de arte, Nathalie Heinich afirma que «duas soluções se oferecem ao sociólogo»: «A primeira consiste em levar os objetos (a arte) à força para quadros epistemológicos de sua disciplina (a sociologia)» porque parece consensual que «fazer sociologia» ou «construir cientificamente seu objeto», é «forçar a colocação dos objetos em quadros epistemológicos» (com o risco, sem dúvida, de destruir a sua lógica intrínseca ou irreduzível autenticidade e, ao mesmo tempo, forçar os atores propondo interpretações

de suas atividades muito distantes de suas próprias representações). Tudo se passa como se a sociologia forçasse ou estragasse alguma coisa construindo teoricamente seu objeto; como se pudéssemos ao mesmo tempo reivindicar o estatuto de sociólogo e ignorar os quadros de sua disciplina (HEINICH, 1998).

A segunda solução consiste em tomar por objeto «a arte tal qual ela é vivida pelos atores». Nesta segunda solução tomada – compreende-se – pela autora, tratar-se de se contentar em repetir, em comentar no mesmo registro de vocabulário, os propósitos tidos pelos atores sobre suas práticas colocando em funcionamento um tipo de hermenêutica do senso comum. É preciso «ter o objetivo de dizer não o que a arte é, mas o que ela 'representa' para os atores». A uma clássica, e um pouco paleontológica (a autora fala de «estado ainda pré-histórico das ciências sociais») «sociologia do real» («a qual constitui o essencial do que ocupou os sociólogos desde a origem – soma recente – de sua disciplina: estatísticas, pesquisas de opinião, observação de condutas») opõe-se uma «sociologia das representações – imaginárias e simbólicas».

Comparar as «representações» dos atores (de fato, os diferentes propósitos que eles têm em resposta às questões do sociólogo ou dirigindo-se a outros interlocutores em outras circunstâncias) a outros aspectos da realidade não ditos ou não percebidos por eles (e não obrigatoriamente inconscientes) apreendidos por objetivação estatística, a observação etnográfica ou a contextualização histórica, parece ser imediatamente percebido como uma violência feita aos atores". Porque querer interpretar as representações

---

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 8. Notar-se-á que a autora faz como se os sociólogos da arte não tivessem até hoje levado em consideração os artistas, enquanto que eles não cessaram de fazê-lo (a propósito do desinteresse por exemplo), mas os enquadrassem às condições do exercício da atividade artística.

<sup>8</sup> *Ibid.*, p. 29.

<sup>9</sup> O sociólogo mais moderno só pode ter o «cuidado de não tocar nos sentimentos estabelecidos»: «Este cuidado com a receptabilidade do discurso sociológico por aqueles que são seu objeto não vem de uma vontade de ecumenismo ou de um medo do conflito: ele resulta simplesmente da constatação de que uma sociologia que coloca a verdade na violência feita aos atores já não é mais trabalho de pesquisa, mas uma empresa crítica, mais preocupada em ter razão sobre os atores do que em compreender as razões deles.», *Ibid.*, p. 85. Certos sociólogos (ou antropólogos) apontaram rápido demais, como disse Jean Bazin, os «pecados graves» que acompanhariam toda vontade de descrever e de interpretar

com relação a suas condições de enunciação e, mais amplamente, com as condições de vida daqueles que delas são os portadores, seria como tentar «ter a última palavra» (BÜLTANSKI, 1990; DUBET, 1990). Ora, certos sociólogos parecem estar animados por uma preocupação «democrática» que parece à primeira vista muito «correta» (politicamente), mas que não é menos problemática. A preocupação em questão consiste em evitar confrontar ou contradizer os atores. Todo mundo, parecem dizer, tem um ponto de vista e todos os pontos de vista equivalem: em nome do que o sociólogo poderia defender seu ponto de vista como mais «verdadeiro», mais «fundamentado», que os dos atores? Um sociólogo que se endereçasse aos atores com um discurso do tipo «Vocês creem nisto, mas, de fato, as coisas não se passam desta forma. Vocês pensam que as coisas são assim, mas elas são assado. E eu posso lhes explicar porque vocês são levados a crer, pensar, imaginar, ver as coisas da maneira pela qual vocês o fazem», oprimiria de alguma forma os atores pela sua interpretação sociológica, já que, necessariamente, ele estaria errado em um momento em em outro. Ele não pode, como qualquer outro cientista, explicar às pessoas seus erros de visão, suas ilusões («vocês veem o bastão torto na água, mas isso é somente um efeito ótico, porque o bastão está, de fato, perfeitamente reto?»). Porque, de agora em diante, ele «considera os atores não como vítimas de crenças errôneas mas como os autores ou os manipuladores de sistemas de representação coerentes» (HEINICH, 1998, p. 33). O sociólogo não está mais, portanto, em busca da verdade «com relação aos fatos» (everacidade extema), mas da «coerência interna» de pontos de vista «com relação aos sistemas de representações». Para não considerar os atores como idiotas (culturais) e para respeitá-los, ele deve manter-se «sempre o *mais perto* das formulações e das interpretações dos atores», Não se trata mais de «explicar» os comportamentos e as crenças mas somente de «explicitá-los». Dar aos homens vivendo numa sociedade determinada os meios de compreender melhor e de ter acesso a um pouco mais de verdade sobre o que ela é e sobre a maneira pela qual ela evolui aparece, antes de mais nada, como uma operação de dominação (visto que

---

um quadro de dados mais amplo que aquele que pode ele mesmo descrever e interpretar o entrevistado: «o 'etnocentrismo, o 'politicamente incorreto', a dominação do Ocidente...» (1. Bxzn, «Questions de sens», *Enquête, op. cit.*, p. 14).

<sup>10</sup> Ver o bastão torto na água: «Voir le bâton tordu dans l'eau» Expressão tomada da física para indicar ilusão, engano de percepção. Nota da tradutora.

isto implica que eles sabem menos ou que sabem de forma pior do que a dos pesquisadores) do que como uma empresa de libertação e de elevação.

De tanto reduzir os objetos de estudo do sociólogo às representações dos atores, termina-se, ao mesmo tempo, por submeter-se ao senso comum. O filósofo Vincent Descombes tem razão de declarar em uma entrevista: «Eu entendo a tese da 'construção social da realidade' como um desenvolvimento patológico da fenomenologia.» (DESCOMBES, 1996, p. 83). Ele prossegue seu raciocínio por um comentário que me parece particularmente pertinente: «A realidade tal qual ela é «constituída» ou restituída pelas práticas representativas e os discursos narrativos dos agentes históricos seria a única realidade, já que é a única que eles conhecem. Mas da mesma forma que é legítimo colocar o problema fenomenológico – o que as pessoas puderam ver, entender, guardar, do que lhes era dado? –, é também abusivo de substituir o real pelo intencional, a realidade pelo que foi a cada vez visto, percebido, guardado da realidade, em função da ideologia das pessoas ou das condições históricas. Por esta percepção, continua Vincent Descombes, estudar a forma pela qual as pessoas falam de um objeto é estudar tudo o que há para saber sobre este objeto ('0)' Durante uma guerra, há *ofront* e a retaguarda. A retaguarda não conhece o que se passa no *front*, a não ser por intermédio dos jornais submetidos à censura e pelos rumores. É, portanto, importante saber que a censura constrói o que será para nós, que estamos na retaguarda, a realidade do *front*, mas seria ridículo concluir que não há *ofront*, não há batalha, mas somente os jornalistas e a censura. Portanto, de um estrito ponto de vista construtivista, à realidade que nos é hoje ocultada não existe (hoje, em todo caso). Se ela existir um dia, será amanhã, o dia em que será reconstruída a imagem histórica do que se passou na véspera. II» O que é criticado por Descombes, com uma argumentação muito convincente, é portanto regularmente reivindicado por inúmeros sociólogos contemporâneos: » O objeto de uma sociologia da experiência, escreveu assim François Dubet, é a subjetividade dos atores. (...) a subjetividade dos atores, a consciência que eles têm do mundo e deles mesmos, é o material essencial de que dispõe o sociólogo da ação. É preciso, neste plano, seguir os postulados de uma sociologia «fenomenológica», dado que não há conduta

---

|| *ibid.*, p. 84.

social a não ser a que é interpretada pelos atores, eles mesmos, que não cessam de se explicar e se justificar (...). (DUBET, 1990, p. 98).»

Se todos os sociólogos se convertessem a este tipo de construção do objeto teríamos, no pior cenário, apenas comentários científicos de propósitos não científicos (hermenêutica do senso comum) e, no melhor cenário, teríamos somente análises sociogenéticas de categorias do senso comum (os «SDF»<sup>12</sup>, os «excluídos», os «jovens expostos a alto risco», os «jovens dos subúrbios», a «terceira idade», as «violências escolares», etc.), o que seria, ao final das contas, uma outra maneira de se submeter ao senso comum.

Na versão mais pessimista, sabe-se que certos autores reivindicam hoje, fortemente, ainda, a submissão completa do sociólogo ao senso comum. Fazer o trabalho sociológico não seria construir os objetos, mas deixar os atores definirem os objetos que nos esforçaríamos, em seguida, para descrever ou explicitar a partir do interior, sem contestá-los: «Não é portanto, chamando à se interessar pelos objetos, ou pelas obras, ou pelas pessoas, ou pelas 'condições sociais de produção', que o sociólogo faz o trabalho especificamente sociológico: é descrevendo a forma pela qual os atores, segundo as situações, investem em tal ou tal destes momentos para assegurar sua relação com o mundo. Dito de outra forma, não cabe ao sociólogo escolher seus «objetos» (em todos os sentidos do termo): cabe a ele se deixar guiar pelos deslocamentos dos atores no mundo tal qual eles o vivem.» (HEINICH, 1998, p. 39-40)

Na versão menos pessimista, aquela na qual o conjunto dos sociólogos se converteria a uma análise sociogenética dos problemas sociais, das categorias sociais, produzidos pelos atores políticos, ideológicos e midiáticos de uma época, nós não nos fecharíamos menos na lógica do senso comum. Se o construtivismo sociológico se mostra necessário para desnaturalizar as categorias e tomar sua distância com relação a elas, de todo modo isso não é suficiente. Com efeito, mostrar que uma categoria social (um problema social, uma noção, etc.) não é natural, mas que ela tem uma história, que seu sucesso social eventual - assim que ela chega

---

<sup>12</sup> SDF: sigla para "Sans Domicile Fixe". Na França são chamados os "Sem domicílio fixo", as pessoas que vivem nos albergues públicos, nos pensionatos, sempre em condição efêmera, que não têm residência própria.

no estado de sua oficialização pelo Estado - tem condições históricas de possibilidade, constitui uma história perfeitamente fecunda de produzir o conhecimento em sociologia <sup>13</sup>. Este procedimento revela, no entanto, seus limites, quando ela é concebida como uma finalização, ou seja, como o fim de toda reflexão sociológica. Constituindo um excelente meio de não satisfazer-se com palavras comuns, de desconstruir um senso comum poderoso pelo fato de sua onipresença, o procedimento sociogenético ou socio-histórico deveria ser apenas um «desconstrutor» prévio no quadro de um projeto científico de «reconstrução» interpretativa do mundo social. A primeira fase é determinante para começar a dissolver as «categorias» ou os «problemas» sociais cristalizados e endurecidos pelos anos, décadas, e por vezes séculos, de trabalho de construção simbólica. Mas parar por aí tornar-se-ia uma forma particular de empirismo e de submissão à realidade das categorias do senso comum. Efetivamente, dizer: «As 'coisas' (noções, categorias, idéias, representações) que acreditamos ser naturais, evidentes e produtos naturais da história das instituições I<sup>1</sup>, I<sup>2</sup>, I<sup>3</sup> ..., dos agentes ou categorias de agentes A<sup>1</sup>, A<sup>2</sup>, A<sup>3</sup> ..., de dispositivos jurídicos, D<sup>1</sup>, O<sup>2</sup>, O<sup>3</sup>..., textos TI, T<sup>2</sup>, T<sup>3</sup> ..., etc.», conduz, às vezes, para um trabalho de interpretação muito fraco, ficando o pesquisador inteiramente concentrado sobre a investigação da concomitância dos fenômenos ou sobre os encadeamentos de um evento a outro. Certos pesquisadores manifestam, assim, uma concepção empirista através da prática de uma sociologia histórica com poder interpretativo um pouco curto.

Mas, onde ficam as práticas sociais efetivas nestas reflexões que reduzem puramente e simplesmente seus objetos à análise de discurso? Lançando exclusivamente seu olhar sobre a produção da realidade oficial e pública, o sociólogo termina por esquecer a existência de realidades não ditas e não percebidas através dos diferentes discursos «oficiais». De tanto querer abandonar o terreno de estudo das populações, das situações sociais vividas, das condições de existência e de coexistência, para se concentrar

---

<sup>13</sup> É neste tipo de exercício que investi em *L'Invention de l'illettrisme*. *Rhétorique publique. éthique et stigmates* (La Découverte, Textes à l'appui, Paris, 1999) porque eu havia trabalhado durante aproximadamente dez anos sobre os usos sociais (escolares, socioprofissionalmente e sexualmente diferenciados) da escrita e precisando bem que fazer a história de uma categoria vaga e «pega tudo» não era, em nenhum caso, uma maneira de recolocar em questão a existência de dificuldades reais com a escrita.

exclusivamente sobre a maneira pela qual uma parte destas situações, destas condições ou destas experiências são percebidas, constituídas como problemáticas e levadas ao reconhecimento público, os sociólogos podem acabar por não ver a exclusão que eles operam de uma imensa parte da realidade social que não é a realidade das instituições e das ações públicas. Sem se dar conta, certos sociólogos também *politizaram* seus objetos de pesquisa, não no sentido de que eles engajariam sistematicamente pressupostos políticos em suas análises (mesmo que isso não seja raro), mas no sentido de que eles concentram sua atenção exclusivamente sobre a cena pública e política.

Tomemos o exemplo dos trabalhos sociológicos concernentes ao «fracasso escolar». Certos pesquisadores podem consagrar toda sua energia de pesquisa não para interpretar as razões efetivas da produção de desigualdades escolares, mas para colocar em evidência a construção histórica do problema social. Ora, a formatação de um problema social num momento dado, que toma dizíveis e visíveis segundo as modalidades particulares certas realidades sociais complexas, não deve fazer o sociólogo esquecer que estas realidades sociais existem fora destes discursos particulares que são discursos científicos, políticos e midiáticos. Após haver estabelecido as condições históricas de aparição, de consagração e depois de difusão do problema social «fracasso escolar», ainda não se disse nada do funcionamento das nossas formações sociais e da instituição escolar, da forma escolar de aprendizagem, das práticas e dos exercícios escolares, dos modos de socialização escolar e popular, das práticas de linguagem e das relações com a linguagem e com os saberes característicos dos diferentes meios sociais, etc.<sup>14</sup>. Como diz Jacques Bouveresse: «A crítica genealógica (...) deu sempre um pouco demais a impressão de ser capaz de dizer de

---

<sup>14</sup> Ver a crítica que fiz destes desvios em «Émergence du problème social», *Culture écrite et inégalités scolaires*, op. cit., p. 44-48.

qualquer coisa de onde ela vem e de não saber de nenhuma o que ela é.<sup>15</sup>» (BÜUVERESSE, 1984, p. 12).

A reconstrução e a sociogênese das formas oficiais de percepção e de representação do mundo social - que constitui, mais uma vez, na versão mais útil e a mais fecunda de interpretar o construtivismo sociológico - não devem conduzir o sociólogo nem em direção a um legitimismo, consistindo em não estudar o que é oficial no mundo social (mesmo para mostrar-lhe o caráter histórico), nem em direção a um desconstrutivismo desrealizante, que deixaria o leitor diante de uma espécie de vazio após o empreendimento de desconstrução dos discursos dominantes sobre a realidade social.

### Lugar comum n° 3: As construções sociais são criações intersubjetivas permanentes

Passar da idéia de «construção social da realidade» à de «reconstrução a cada instante, para cada ator, da realidade», é negar o peso da história incorporada e objetivada e desenvolver uma visão romântica da ação como invenção, aventura, «processo criativo ininterrupto de construção (*energeiaí*)» (BAKHTINE, 1977, p. 75). A realidade social seria apenas uma formação frágil, efêmera, produto de sentidos intersubjetivos e contextuais; o mundo social seria uma grande cena onde tudo estaria em jogo a cada instante, onde todos se reinventariam a cada interação entre os atores e em contextos singulares.

Ora, parece-me que poderíamos aqui evitar de falar inocentemente como se, a cada momento, se colocassem coisas inéditas, esquecendo o peso das *disposições* incorporadas e o dos *dispositivos* objetivados. Como o lembram inúmeros sociólogos ou antropólogos, de Marx a Lévi-Strauss, passando por Durkheim, o fato é que não se inventa a cada geração - e ainda menos a cada interação - a língua, o direito, etc., em outras palavras, as

---

<sup>15</sup> Mas podemos endereçar o mesmo tipo de crítica àqueles que não pretendem mais tentar explicar as dificuldades escolares. mas simplesmente a maneira pela qual os alunos em dificuldades vivem seu fracasso: «Por exemplo. não se trata de apontar mecanismos globais de engendramento de fracasso escolar. mas de voltar-se para a experiência mesma de um fracasso que só pode ser a experiência de indivíduos particulares. construindo seu mundo e sua subjetividade numa história particular.», F. DCBET. *Sociologie de l'expérience, op. cit.*, p.257-258.

instituições econômicas, políticas, religiosas e culturais que herdamos, sem muitas vezes nos darmos conta, e com as quais, quer nós o desejemos ou não, devemos interagir. Como o escrevia, por exemplo, Marx, numa célebre frase do *18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852): «Os homens fazem sua própria história, mas eles não a fazem arbitrariamente, em condições escolhidas por eles, mas em condições diretamente dadas e herdadas do passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa muito fortemente sobre o cérebro dos vivos.» Ou ainda, com Friedrich Engels, na *Ideologia Alemã* (1845): «Esta fixação da atividade social, esta petrificação de nosso próprio produto em uma potência objetiva que nos domina, escapando a nosso controle, contrariando nossas expectativas, reduzindo a nada nossos cálculos, é um dos momentos capitais do desenvolvimento histórico até nossos dias.»<sup>16</sup>.

Em meio à multiplicidade de formulações mais ou menos claras desta concepção romântica da recriação contínua do mundo social, podemos citar um sociólogo francês:

«Em particular, se renunciamos a substancializar a realidade social sob os traços objetivos que se supõe lhe assegurar um sentido de ser permanente, mas que se esforça por considerar sob o ângulo de uma construção contínua de membros que não tem outro sentido que este, endógeno, que lhe é atribuído pelas atividades mesmas que a constroem. convém, e sem a menor inocência, de levar em consideração as múltiplas formações de sentido que asseguram em cada caso particular, a coesão desta realidade» (PHARÜ, 1985, p. 63).

Tudo se passa como se a «coesão da realidade» não tivesse relação com as «múltiplas formações de sentido». Ora, a construção social da realidade se dá tanto a ver em dispositivos objetivados e duráveis, às vezes mesmo plurisseculares (pensemos na história da moeda, das sociedades industriais ou da administração do Estado), como em certas maneiras de ver as coisas e os acordos ou «negociações» de sentido efêmeros, locais ou microcontextuais. E mesmo as maneiras de ver as coisas (as «visões de

---

<sup>16</sup> Marx e Engels falam também de «esta soma de forças de produção, de capitais, de formas de relações sociais, que cada indivíduo e cada geração encontram como dados existentes» (*A Ideologia Alemã, 1845*).

mundo» ou as «representações») são hábitos mentais e discursivos difíceis de recolocar em questão. A prova é que estas concepções românticas do mundo social têm vida dura e são, elas também, pluriseculares.

**Lugar commun n° 4: O que foi construído pela história pode facilmente ser desconstruído e reconstruído de outra forma**

Um outro lugar comum diz que o que foi construído pode se desfazer ou se fazer de outra forma facilmente. Maravilhados pela metáfora da construção e descobrindo assim que o sistema capitalista, a instituição do casamento ou da sexualidade são apenas construções sociais, os sociólogos subjetivistas podem - porque eles não colocaram a questão da construção como um problema de sentido (para Max Weber, o intelectual é aquele «que concebe o mundo como um problema de 'sentido'») - adotar um espontaneísmo e um voluntarismo políticos tipicamente intelectualistas (WEBER, 1951, p. 524).

Ora, é preciso lembrar que não há nenhum paradoxo no fato de dizer, ao mesmo tempo, que a metáfora da construção social da realidade é uma boa metáfora para desnaturalizar o mundo histórico e social (o que existe e o que foi feito e pode, portanto, ser desfeito; isto não releva nem da natureza, nem de uma fatalidade existencial imutável) e que é preciso dar a pensar que, por razões objetivas (no sentido do estado de coisas existente) e subjetivas (no sentido das maneiras de pensar e de fazer o existente), o mundo social e histórico se apresenta, particularmente, à escala de uma biografia individual, como um mundo quase natural, muito difícil de transformar. E poderíamos dizer aqui que os atores que têm menos conhecimento sociológico dão provas de um realismo histórico e político maior, dizendo «de todo modo, sempre houve ricos e pobres, dominantes e dominados e que não é amanhã que isso vai mudar», do que certos intelectuais, pequenos ou grandes, que passam da idéia de convenções e instituições sociais arbitrárias (no sentido em que elas não tem nada de naturais, individuais ou eternas) àquela de uma certa facilidade de transformação do mundo social. O peso da história objetivada, como o da história incorporada, é tal que ele se parece muito, em certos casos, com o peso dos determinismos físicos ou naturais. A idéia da construção social da realidade é liberadora do ponto de vista da imaginação, mas não necessariamente realista nos fatos, pois ela pode conduzir à idéia

segundo a qual a desconstrução e a reconstrução seriam fáceis. Se o mundo social se constrói, ele não se constrói, no entanto, na mesma velocidade com a qual as crianças elaboram arquiteturas com as peças do Lego.

Quanto mais o que queremos transformar é o produto de uma história de longa duração e é amplamente instalado no mundo social, mais é preciso tempo para colocá-lo em questão: é preciso também mais tempo (e energia coletiva) para esperar transformar o modo de produção capitalista do que para modificar as leis sobre a imigração ou os elementos de uma política escolar.

Servindo-se, às vezes, da noção de «jogo de linguagem» de Ludwig Wittgenstein, e pensando que estes jogos são reformáveis à vontade e que só têm em definitivo poucas coisas (de «simples» crenças ou convenções arbitrárias), os sociólogos seduzidos por concepções exclusivamente simbólicas do mundo social esquecem que Wittgenstein insistia «ao contrário sobre a idéia de que uma massa enorme de fatos teriam sido diferentes para que nós tivéssemos sido levados (naturalmente) a adotar um jogo de linguagem diferente» (BÜVERESSE, 1984, p. 174). Contrariamente ao que se tenta fazer e dizer, o filósofo vienense não somente combateu sistematicamente as concepções intelectualistas ou voluntaristas da ação, mas também insitiu sobre a força das instituições e dos hábitos coletivos que se exercem sobre os indivíduos sem que eles tenham a possibilidade de os modificar à sua vontade (CHAUVIRÉ, 2004, p. 11-39).

Porque o que foi construído historicamente demora para se transformar, os atores sociais que desejam trabalhar no sentido de uma mudança do estado de coisas existente devem dar provas de uma crença quase mística em um futuro e em um progresso futuro que eles não verão sem dúvida". Muito se reprovou aos revolucionários sua forma de messianismo, mas podemos pensar que, se eles estivessem errados do ponto de vista da explicação científica dos processos históricos, eles seriam, no fundo, muito realistas do ponto

---

1) Defender durante muito tempo, sem ver resultados imediatos, uma causa que julgamos legítima, supõe frequentemente ter uma fé cega, sem falha, que permite liberar uma energia social importante, de jamais cruzar os braços, e que pode conduzir a sacrificar sua vida pessoal, em benefício do que aparece como uma causa inédita, uma missão histórica. Ver as características do movimento ATD Quarto Mundo em B. LAHIRE, «L'inventeur du problème: ATD Quart Monde et le toumant culturel», *L'Invention de l'illettrisme*, op. cit., p. 37-70.

de vista das condições de êxito de uma ação coletiva revolucionária. Para transformar as «construções» deste mundo, é preciso aprender a inscrever o tempo curto de sua biografia individual no tempo longo das sociedades. É preciso pensar que o que nós fazemos hoje para orientar a ação num certo sentido poderá servir àqueles que virão depois de nós, para apoiar sua ação, facilitar sua luta, etc. Vemos portanto que é preciso uma boa dose de crença inocente – no bom sentido do termo – no progresso da humanidade para se lançar numa ação na qual temos razoavelmente poucas chances de ver chegarem os efeitos positivos antes de morrer.

#### Lugar comum nº 5: A ciência é uma construção social da realidade como qualquer outra

Depois de haver reduzido os objetos da sociologia às representações que os atores fazem da realidade social, depois de haver feito da submissão ao senso comum a atitude (acrítica) normal e desejável do sociólogo<sup>18</sup>, depois de haver tomado a defesa do ator «comum» pretensamente desprezado e dominado pela sociologia clássica, certos sociólogos atacam, então, para terminar, a própria ciência colocando profundamente em questão sua pretensão de validade. Partindo da idéia segundo a qual a ciência é uma atividade social (e não se hesita a reduzir, em certos casos, a uma atividade essencialmente discursiva) de construção da realidade, eles creem poder deduzir logicamente que a ciência (que não seria finalmente tão diferente da literatura) constrói uma versão da realidade como qualquer outra, anulando pela magia da similaridade da expressão «construção social da realidade todas as diferenças objetiváveis entre a ciência, a opinião, a crença religiosa e a ideologia».

O nominalismo necessário a toda empresa de construção científica que não toma a realidade de suas construções pela realidade mesma das

---

<sup>18</sup> Nathalie Heinick escreve: «Este movimento acrítico, enraizado na tradição americana da etnometodologia, é comum a várias tendências atuais da sociologia francesa, notadamente a antropologia das ciências e das técnicas (Bruno Latour) e a sociologia da justificação (Luc Boltanski e Laurent Thévenot).» (*Ce que l'artfait à la sociologie, op. cit.*, p. 23).

<sup>19</sup> Em uma das obras que contribuíram, na França, a inspirar estes procedimentos sociológicos - *Les Grecs ont-ils cru à leurs mythes?* de Paul Veyne (Seuil, Points, Paris, 1983) –, nota-se que o termo «verdade» é, na grande maioria dos casos, substituível (e às vezes explicitamente substituído) pelos «opinião», «crença», «ideologia» ou «interesse».

coisas não deveria, em todo caso, conduzir em direção a um ceticismo geral sobre o valor igual de todas as construções «discursivas» do mundo. As construções científicas repousam mais sobre reflexividade, explicação e provas argumentativas e empíricas do que qualquer outra construção menos exigente do ponto de vista do esforço da demonstração. O «grau de severidade empírica», para falar como Jean Claude Passeron (PASSERON, 1991), que se impõem às ciências sociais indo pesquisar (sob todas as formas que pode assumir uma pesquisa hoje, desde as observações etnográficas até as grandes pesquisas com questionários, passando pelo estudo de documentos de arquivos ou de pesquisa por entrevistas) e refletindo sobre as condições da pesquisa e as condições sociais de produção dos «dados», não é comparável com as afirmações convencidas e peremptórias do jornalista trabalhando na urgência, do ensaísta, do ideólogo, do crente ou do militante.

Se algum discurso não pode ser dito como mais verdadeiro que outro (a ciência não mais do que o mito, a opinião ou a religião), não se pode compreender por que numerosos pesquisadores em ciências sociais, como em ciências da matéria e da vida, passariam um tempo tão importante a elaborar pesquisas ou experiências, a desenvolver investigações empíricas longas e fastidiosas, a criticar suas «fontes» ou seus «dados», em resumo, a prescrutar com método e reflexividade o «solo» da realidade. Por que se dariam eles tanto mal e se inflingiriam tantas complicações senão para se dar os meios de anunciar algumas verdades científicas fundadas sobre o estudo da realidade material ou social? Mas podemos nos perguntar se os que reduzem todo discurso científico a meros efeitos de sentidos não descrevem em definitivo sua própria prática, retórica e literária, da ciência.

Tudo se passa, portanto, como se, depois de haver dito que a ciência era ela também uma construção social e que ela tinha uma história, o pesquisador se sentisse no direito de deduzir daí que ela não pode, portanto, ter pretensão à verdade, ou que a verdade que ela produz não é diferente da do crente (em qualquer ordem de crença que seja). A idéia mesma de verdade seria incompatível com a de historicidade ou de condições sociais de produção de verdade; a tomada de consciência da dimensão social e histórica da produção científica tomaria vã toda idéia de busca da verdade (mesmo parcial e temporária).

E pode-se mesmo, às vezes, chegar a sustentar que o ator «comum» sabe tanto quanto", ou talvez mais, do que o sociólogo do mundo social (CüULüN, 1987, p. II). Se o ator chega a ser mais sábio do que o sábio, por que o sábio continua a ser pago pelo Estado para produzir conhecimento científico? Uma piada circulava há alguns anos nos Estados Unidos, nos meios educativos, a propósito de uma situação parecida. Um pai de aluno, encontrando um adulto na escola primária de seu filho, pergunta-lhe se ele não seria um professor nesta escola. Este último lhe responde, num tom **surdo**, que não há professores nesta escola, mas os adultos se denominam «pessoas recursos» (resource persons) ou «facilitateurs» (facilitators) justificando esta escolha lexical da seguinte maneira: «Nesta escola nós somos todos – crianças e adultos – professores e alunos ao mesmo tempo.» O pai, então, lhe diz ironicamente: «Já que é assim, vocês aceitariam dividir seu salário com as crianças que lhes ensinam?» Teríamos, por vezes, vontade de colocar o mesmo tipo de pergunta para uma parte dos sociólogos.

#### A crítica dos lugares comuns é razoável?

A metáfora da «construção social da realidade» não é, evidentemente, responsável pelos diferentes problemas que mencionei neste artigo. Nenhum destes raciocínios problemáticos evocados poderia se deduzir logicamente de uma tal fórmula. Esta última foi sempre tomada de assalto por uma parte de seus utilizadores que fizeram dela, às vezes, sua bandeira. Hoje, em plena utilização, a metáfora teria mesmo, antes de mais nada, tendência a ser abandonada por todos aqueles que, mesmo continuando a pensar do mesmo modo, procuram, no entanto, distinguir-se dos que a percebem como «comum» demais, «vulgarizada» demais e «ultrapassada» demais.

---

<sup>20</sup> «Uma sociologia da experiência convida a considerar cada indivíduo como um 'intelectual', como um ator capaz de dominar conscientemente, em uma certa medida, em todo caso, sua relação com o mundo.», F. DUBET, *Sociologie de l'expérience, op. cit.*, p. 105. Ou ainda: «Os atores vêem melhor certos aspectos de sua realidade do que qualquer pesquisador» (voir par le petit bout de la lorgnette), eles conhecem os encadeamentos mais finos da ação, as séries de decisões e as escolhas, os cálculos e as antecipações das ações das quais eles são os agentes e, por uma parte, os atores. O trabalhador social e o síndico conhecem melhor o bairro do que o pesquisador mais atento.», *Ibid.*, p. 234.

A sociologia francesa deixou este clima intelectual se instalar no curso dos vinte últimos anos sem grande resistência argumentativa. Não sei se Max Weber tinha razão de dizer que a sociologia é uma ciência destinada a permanecer «eternamente jovem» (WEBER, 1971, p. 191), mas a volta à cena, uma centena de anos mais ou menos após seu nascimento de erros de juventude e certas inocências tenderia em todo caso a lhe dar razão em um sentido que ele não teria desejado. Não que os sociólogos em seu conjunto, nem mesmo a maioria, hajam se convertido a estas «velhas novidades» que muitas vezes nos são apresentadas como sendo o último grito do pensamento sociológico. Mas, em todo caso, raras tem sido as vozes que se levantam para criticar tais empresas de conquista do reconhecimento sociológico.

### Referências bibliográficas

- BAKHTINE, M. (1977) *Marxisme et philosophie du langage*, Minuit, Paris.
- BOLTANSKI, L. (1990) *L'Amour et la justice comme compétences. Trois essais de sociologie de l'action*, Métailié, Paris, 1990.
- BOUVERESSE, 1. (1984) *Rationalité et cynisme*, Minuit, Paris.
- BOUVERESSE, 1. (2004) *Le Philosophe et le réel*, Hachette, Paris
- CHAUVIRÉ, C. (2004) «Dispositions ou capacités? La philosophie sociale de Wittgenstein», *Le Moment anthropologique de Wiugenstein*, Éditions Kimé, Paris.
- COULON, A. (1987) *L'Ethnométhodologie*, PUF, Que sais-je?, Paris.
- DESCOMBES, V. (1996) « L'esprit comme esprit des lois. Entretien avec Vincent Descornbes», *Le Débat*, na 90, mai-août, p. 83.
- DUBET, F. (1996) *Sociologie de l'expérience*, PUFF, Paris.
- HACKING, I (1999) *The Social construction of what*, Haward University Press, New Vale.
- HEINICH, N. (1998) *Ce que l'artfait à la sociologie*, Minuit, Paris.

PASSERON, J.c. (1991) *Le Raisonnement sociologique*, Nathan, Paris.

PHARO, P. (1985) *Le Civisme ordinaire*, Librairie des Méridiens, Paris, 1985.

WEBER, M. (1971) *Économie et société*, Plon, Paris.

WEBER, M. (1965) *Essais sur la théorie de la science*, Plon, Paris.